

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

45

JANEIRO – MARÇO
1987

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	550\$00	925\$00
Outros países estrangeiros	700\$00	1 020\$00
Este número	150\$00	

45

JANEIRO — MARÇO 1987

ANO XII

Apresentação

Dimensão Eclesial da Reconciliação

Alberto Vieira, MCCJ

Liturgia Bracarense na época de D. Frei

Bartolomeu dos Mártires

Leão Cordeiro

Ministérios dos Leigos na Liturgia

em alguns países europeus

Pela Congregação do Culto Divino

Cerimonial dos Bispos — história e importância

Livros, LA MESSE — hier et au jourd'hui

de Pierre Jounel

Encontro Diocesano do Algarve

P. José Águas

Com este número damos início ao XII ano do Boletim de Pastoral Litúrgica.

Acarinhados pelos nossos assinantes e leitores, prosseguimos a nossa caminhada, agora numa feição mais informativa, sem deixarmos, no entanto, de apresentar sempre um ou outro artigo de fundo para estudo e reflexão.

Abrimos com um artigo do P. Dr. Alberto Vieira, MCCJ, que concluiu recentemente a sua licenciatura de Liturgia no Instituto de Liturgia de Paris e nos consentiu gentilmente que o traduzíssemos da sua «mémoire» intitulada «Le Nouvel Ordo Paenitentiae».

Tratando da dimensão eclesial da Reconciliação, não é difícil descobrir a sua íntima ligação com a Páscoa, já que foi pelo mistério pascal da sua Paixão, Morte e Ressurreição que Jesus nos reconciliou com Deus e com os irmãos.

O estudo sobre a Liturgia Bracarense na época e na acção pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires permite ao seu autor, Dr. José de Leão Cordeiro, pintar o quadro das práticas litúrgicas existentes nesse tempo e pôr em relevo a admirável reforma conciliar obtida pelo santo Arcebispo de Braga.

A apresentação sumária dos ministérios dos leigos na Liturgia em Portugal e nalguns países europeus com os quais temos maior afinidade cultural proporciona um confronto das realidades que os caracterizam e das soluções que vão surgindo nesses países. Este confronto é sempre enriquecedor e apresenta por vezes uma semelhança de comportamentos que nos mostra bem inseridos no contexto europeu da Liturgia renovada do Vaticano II.

Os assuntos tratados nas reuniões da Congregação do Culto Divino e os problemas que nelas se põem e discutem, mesmo quando não chegam a uma solução definitiva, interessam a toda a Igreja e, de certo, também aos nossos estimados leitores.

Uma breve resenha histórica do Cerimonial dos Bispos leva-nos necessariamente à consideração do passado e prepara-nos para acolher o novo Cerimonial saído da inspiração renovadora do Concílio e promulgado por João Paulo II em 1984. Trata-se de um livro que, sendo destinado directamente aos Bispos e às celebrações por eles presididas, tem extrema importância para toda a comunidade, porque todos os ministérios aparecem nele com as suas funções bem concretizadas e os seus ritos minuciosamente descritos.

Dimensão Eclesial da Reconciliação

Uma das insistências mais fortes do novo Ritual do sacramento da Penitência é a dimensão social e comunitária da Reconciliação. Encontramo-nos efectivamente na presença duma importante inovação.

Nos primeiros séculos, a relação da penitência com a Igreja era vivamente sentida. Nesta época, o baptizado pecador recebia a paz da Igreja após um processo penitencial. Ainda para os primeiros escolásticos, o facto da reconciliação com a Igreja era mesmo o único facto positivo, como aliás na época dos Padres da Igreja (1).

Mais tarde, a dimensão duma reconciliação com a Igreja tenderá a cair no esquecimento e quase não mais encontraremos a dimensão eclesial do sacramento ao celebrá-lo no maior segredo entre o penitente e o ministro.

O Concílio de Trento nunca fala de reconciliação com a Igreja (2), e o cânon que sublinha os efeitos do sacramento diz apenas: «a reconciliação com Deus, à qual vêm geralmente juntar-se a paz e a tranquilidade da consciência com uma grande consolação espiritual» (3).

(1) Cf. A. F. Garcia-Arquelles, «Dimension comunitaria del sacramento de la Penitencia en los Padres», *Studium Ovetense*, t. 1, 1973, 197-244. Aí se encontra um resumo bastante bem feito das citações patrísticas desde os escritos do Novo Testamento até S. Agostinho.

(2) Cf. P. de Clerk, «Célébrer la Pénitence ou la Réconciliation», *Revue Theologique de Louvain*, 13, 1982, 394, nota 13.

(3) «Sanæ vero res et effectus huius sacramenti, quantum ad eius

Nestes últimos anos, porém, assistimos a uma avaliação da consciência comunitária da sociedade e da Igreja.

O Vaticano II deu novo impulso a este aspecto importante da Igreja como comunidade, como povo escolhido para viver a salvação no mundo e ser ao mesmo tempo sinal e sacramento de salvação para o mundo.

Encontramos na Constituição Dogmática sobre a Igreja os elementos que constituem a plena incorporação na Igreja, ou seja: o Baptismo, a profissão pública da fé, a obediência ao governo eclesiástico, etc., mas ela afirma também que os cristãos pecadores permanecem no seio da Igreja mesmo que nela estejam apenas com o «corpo» e não com o «coração». Portanto o batizado nunca deixa de ser membro da comunidade eclesial, mas pertence sempre a ela, embora não em plenitude, mesmo que esteja em estado de pecado. Por isso, o sacramento da Reconciliação tem uma dimensão eminentemente eclesial, que se encontra também com muita clareza no Ritual da Penitência: «por insondável mistério de bondade, Deus dispôs que os homens estivessem unidos entre si por sobrenatural e necessária ligação em virtude da qual o pecado de um prejudica também os outros, como também a santidade de um beneficia os restantes», e assim a penitência traz sempre consigo a reconciliação com os irmãos, a quem o pecado constantemente prejudica (4), e o Ritual Francófono (n.º 7) acrescenta: «o perdão de Deus faz apelo a uma caminhada de reconciliação, de cada um consigo mesmo e com os irmãos».

1. DIMENSÃO SOCIAL DO PECADO

A reflexão teológica dá uma importância cada vez maior à dimensão social do pecado e à influência que ele exerce na comunidade e na sociedade humana. A renovação do interesse por estes aspectos do pecado parece ser sinal duma certa ultrapassagem do individualismo ou da dimensão demasiadamente «privada» do pecado.

vim et efficaciam pertinet, reconciliatio est cum Deo, quam interdum in viris piis et cum devotione hoc sacramentum percipientibus conscientiae pax ac serenitas cum vehementi spiritus consolatione consequi solet» (Enchyridium Symbolorum, H. Denzinger, 1874).

(4) Ritual da Penitência, n.º 5.

A renovação bíblica redescobriu a dimensão da «solidariedade no mal»; os estudos litúrgicos e históricos abriram-nos a perspectiva da reconciliação com a Igreja; e os estudos eclesiológicos clarificaram a dimensão da santidade da Igreja e a relação que existe entre a Igreja santa e os cristãos pecadores.

Podemos dizer que todo o pecado é simultaneamente contra Deus, contra ele próprio e contra o irmão.

— Contra Deus porque é a rejeição do amor pelo qual o homem existe no mundo e ao qual ele é chamado para viver feliz. O pecado é a recusa do homem chamado a viver como filho do Pai, irmão de Cristo e templo do Espírito Santo.

— Contra ele próprio, uma vez que o homem, sendo na sua realidade mais profunda um ser vocacionado ao amor, só no amor e pelo amor pode chegar à sua plena realização. Deste modo, falhar em relação a Deus é não chegar à sua plena realização, é falhar em relação a si mesmo. Possuir uma vida que tem por finalidade a resposta ao amor, significa ter uma missão a cumprir no crescimento do amor. O pecado é a negação do crescimento, da realização; é mesmo o fracasso total da nossa existência como pessoa humana.

— Finalmente, o pecado é sempre pecado contra o irmão. Esquece-se com frequência na consciência cristã esta dimensão social do pecado, quando a sociedade está muito sensibilizada para a responsabilidade de cada um na vida social.

Para falar com propriedade, não há pecado que não seja pessoal. Toda a desordem estabelecida, no sentido mais forte da expressão, põe em causa as pessoas, mas o homem é um ser estruturalmente social. Qualquer falta tem, por isso, uma dimensão colectiva (5).

Por vezes, a dimensão social força de tal modo o homem que mata o sujeito humano enquanto sujeito e impede-o de realizar um acto humano em toda a sua dimensão de verdade, de bondade e de comunhão com os outros, como dizia o Cardeal Evaristo Arns no Sínodo sobre a Reconciliação e a Penitência na missão da Igreja (6).

(5) Cf. Bussini «L'Evangile de la Réconciliation et la célébration du sacrement de Pénitence», *Nouvelle Revue Théologique*, 106, 1984, 78.

(6) Cf. E. Arns, no Sínodo de 1983, em *Documents d'Eglise*, ob. cit., 73. Toda a sua intervenção no Sínodo foi sobre o pecado social. O Cardeal Arns

2. DIMENSÃO SOCIAL DO PECADO E HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

O homem é, por isso, essencialmente um ser social, dependendo dos outros homens, no que diz respeito à sua vida e à sua cultura. Nenhum homem é isolado; é numa sociedade, numa comunidade, que ele vive e cresce, que se torna verdadeiramente ele mesmo, que se realiza. E o que é verdade ao nível natural, é ainda no plano da salvação que, por se tratar da salvação do homem, não se realiza contra mais segundo a natureza humana. A salvação é portanto um facto essencialmente comunitário, mas o pecado também o é (7).

No Antigo Testamento, o aspecto social da penitência nunca está ausente. Com efeito, as liturgias penitenciais da Antiga Aliança não são apenas uma tomada de consciência colectiva do pecado, mas constituem também a condição de pertença ao povo de Deus.

Passando ao Novo Testamento, verifica-se que a maior parte dos pecados que são enunciados, são de natureza social, ferindo em palavras e obras o próximo e a unidade da comunidade. Estes são mesmo os pecados sujeitos à mais rigorosa condenação. O Evangelho de S. Mateus está cheio de tais exemplos (5, 22; 5, 29; 10, 15; 18, 7.32; 25, 41...)

Para o Novo Testamento, o pecado é acima de tudo o que impede de crescer ou destrói a comunidade; como esta é uma comunidade santa e a presença histórica de Deus com o seu povo, o pecado implica também necessariamente a ofensa e a rejeição do próprio Deus.

Ao pecar, o cristão arruína a sua comunhão com Deus e também com a Igreja, comunidade de salvação onde Deus está presente e actuante. Não se pode romper com Deus ou mesmo falsear as relações com Ele sem perturbar as relações consigo mesmo, com a comunidade, com a sociedade e com as criaturas.

3. O PECADO FERE A IGREJA

O pecado social do cristão fere a Igreja porque o cristão é

é Arcebispo de S. Paulo (Brasil), uma das cidades mais populosas do mundo e onde as injustiças sociais são mais numerosas.

(7) Cf. F. Sottocornola, *I Nuovi Riti della Penitenza*, Bologna, EMI, 1974, 99.

ao mesmo tempo membro da Igreja e cidadão do mundo. Além disso, a Igreja tem uma vocação-missão em relação aos homens. O pecado do cristão torna a Igreja menos visível. Diminui a dimensão da Igreja no mundo chamada a ser sacramento da Salvação («signum levatum in nationes») para encaminhar os homens até Cristo. Ora, o pecado de cada cristão acaba por tornar menos evidente este sinal de salvação.

Mas ainda, o pecado fere a Igreja nela própria, porque é chamada a ser cada vez mais a comunidade dos santos. Ora, assim como a salvação de Jesus Cristo actua positivamente sobre a Igreja e sobre o mundo, assim também o pecado do cristão — membro da Igreja e do mundo — actua negativamente sobre a Igreja e sobre a sociedade humana. O pecado do cristão põe em causa o compromisso e a responsabilidade que ele recebeu, como membro da Igreja, de consagrar o mundo a Deus (GS 34).

A solidariedade existente entre os membros da Igreja no que concerne à santidade é válida igualmente para o pecado do cristão. Com efeito, o pecado dum membro da Igreja fere a própria santidade de toda a comunidade. O Ritual da Penitência recorda esta solidariedade sobrenatural que une todos os homens em relação à qual «o pecado de um prejudica também os outros, como também a santidade de um beneficia os restantes», e convida a sublinhar durante a homilia na celebração do sacramento: «o aspecto social da graça e do pecado, em virtude do qual os actos de cada um redundam, em certo modo, sobre todo o corpo da Igreja» (n.ºs 5 e 25 d).

Eis, pois, como o pecado do cristão fere a Igreja numa dupla dimensão: primeiro, porque o próprio pecador é um e um membro da Igreja e depois porque o pecado de cada um prejudica a santidade de todos. Nesta dupla dimensão, tanto do pecador membro da Igreja, como dos pecados que ferem a santidade de todos os membros da Igreja, há teólogos que falam duma Igreja pecadora (8). Entretanto não se pode esquecer que Cristo está sempre presente na Igreja, como seu Fundador, e que os pecados dos seus membros nunca atingem a santidade de Cristo. Portanto, seria mais claro dizer que a Igreja é essencialmente santa, em virtude do seu Chefe que é Cristo, e também pecadora nos seus membros.

(8) Cf. K. Rahner, «Le péché dans l'Eglise» em *L'Eglise de Vatican II*, t. II, Paris, Cerf., 1967, 373-389.

Se na Igreja, há uma união na paz, na concórdia e na caridade, frutos do Espírito na nossa própria mesquinhez, há também uma outra união, misteriosa por certo mais igualmente real, até na ruptura do pecado, no conflito que ele suscita, na incompatibilidade que põe a descoberto e da qual é sinal eficaz o sacramento de reconciliação (9).

Ora, se a falta tem uma dimensão comunitária, compreender-se-á que a sua tomada de consciência não possa fazer-se, até certo ponto, senão comunitariamente, do mesmo modo que o esforço de conversão que daí resulta. Ai podemos encontrar uma das razões das celebrações comunitárias da reconciliação propostas pelo novo ritual.

4. A SANTIDADE E O PECADO NA COMUNIDADE ECLESIAL

Quando se fala do sacramento da penitência, fala-se duma dimensão essencial da Igreja, porque também a Igreja é chamada a uma conversão permanente.

O n.º 3 dos Preliminares do Ritual da Penitência recorda: «enquanto que Cristo, «Santo, inocente, sem mancha» (He. 7, 26), não conheceu o pecado (2 Cor. 5, 21) (...) a Igreja, acolhendo no seu seio os pecadores, ela ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificação, prossegue, sem cessar, o caminho da penitência e da renovação».

Este texto faz duas afirmações que são importantes para compreender a caminhada penitencial na Igreja.

Como Esposa de Cristo, a Igreja é presença do Espírito, comunhão n'Ele e comunidade de graça.

Por outro lado, se a Igreja é santa, de modo diferente de Cristo seu fundador, ela está sempre ameaçada no seu corpo pelo pecado dos seus membros (10).

(9) Cf. P. Gervais, «Le sacrement de la réconciliation selon le nouveau Rituel», *Nouvelle Revue Théologique*, 102, 1980, 885.

(10) O Padre Y. M.-J. Congar na sua obra *Vrai et fausse réforme dans l'Eglise*, Paris, Cerf., 1950, na primeira parte do capítulo I: A Igreja. Sua santidade e nossas faltas; mostra-nos bastante bem, no parágrafo IV, 2, «a Igreja como povo feito de homens e falível em cada um dos seus membros» (p. 106-114).

Efectivamente porque é santa, a Igreja pode ser afectada pelos pecados dos seus membros, mas também, porque é santa, pode realizar a obra de reconciliação que lhe está confiada. A Igreja oferece o sinal do amor gratuito de Deus que, em Jesus Cristo, perdoa os pecados dos homens. A reconciliação com Deus por Jesus, na Igreja, é também reconciliação com a Igreja. «Portanto, a Igreja, enquanto sacramento universal de salvação, é sinal da reconciliação. É somente pelo ministério do seu corpo místico, graças ao Espírito que vivifica, que Cristo nos reconcilia com o Pai e infunde em nós este Espírito que é «remissão dos pecados». Por isso, a Igreja deve proclamar incessantemente a misericórdia de Deus, despertar e promover a conversão, conceder a reconciliação em nome de Cristo, a fim de que possam ter a Deus por Pai aqueles que têm a Igreja por Mãe» (11).

Mas a Igreja é também um sinal para o mundo em via de conversão, porque ela não fica menos atingida pela fraqueza de cada um dos seus membros. Esta vocação da Igreja à conversão opera-se na vida concreta das diferentes comunidades em que a Igreja vive e se manifesta ao mundo. O n.º 4 dos Preliminares do Ritual da Penitência sublinha os diversos modelos segundo os quais a comunidade cristã vive e celebra a sua contínua conversão. Com efeito, nas celebrações litúrgicas, a Igreja escuta e celebra a Palavra que convida à conversão, implora o perdão de Deus e reza pelos pecadores. Eis porque, na fidelidade ao que celebra, a Igreja deve viver sempre em caminho de conversão (12).

5. RECONCILIAÇÃO EM DEUS E COM A IGREJA

Enquanto continua na história a obra da santificação e da salvação de Cristo, a Igreja é também santa. O povo eleito do Antigo Testamento era santo porque Deus estava no meio dele. A Igreja é santa porque Deus continua nela a Sua presença e a Sua acção na história através do Seu Espírito que a vivifica.

A Igreja é santa da santidade de Cristo, de Quem é o corpo, mas encerra pecadores no seu seio. A falta dos cristãos pecadores não tem só uma dimensão comunitária mas também social devido

(11) Cit. in *Le Nouvel Ordo Paenitentiae*, p. 8, de Alberto Vieira, MCCJ, 1986.

(12) F. Sottocornola, obra citada, 101-102.

às relações íntimas que unem a Igreja e o mundo. O compromisso social do cristão deveria ter a sua fonte nos sacramentos da Igreja.. O sacramento da reconciliação deve, pois, colaborar nesta conversão interior em Cristo que leva a trabalhar conjuntamente com os outros homens pela justiça e pela paz, em ligação com a libertação do homem, por intermédio da graça de Cristo (13).

O cristão pecador reconcilia-se com Deus pela celebração eclesial da reconciliação. Com efeito, o pecado atinge a Deus. Este Deus que já Se deu ao crente no baptismo: o Pai que nos amou primeiro, Cristo que Se entregou por nós e o Espírito Santo que foi difundido abundantemente em nós (Ritual da Penitência, n.º 5).

A reconciliação com Deus significa a readmissão no seu amor, actua pelo dom gratuito do Seu Espírito, que perdoa ao Cristão pecador e o ajuda nos seus esforços de conversão.

A reconciliação do cristão pecador com a Igreja significa a readmissão plena na comunhão que o pecado feriu e enfraqueceu no que se refere à comunidade, e destruiu no que concerne ao cristão pecador. Efectivamente, o pecado grave comporta igualmente uma separação da Igreja. Não uma separação visível e total, porque pelo Baptismo o cristão pertence para sempre à Igreja, mas uma separação interna da caridade eclesial que é o dom do Espírito à Igreja.

Ora, a reconciliação com a Igreja, manifestada na celebração do sacramento, significa também a readmissão na caridade eclesial. Portanto, o cristão que pelo pecado se separou de Deus e dos irmãos, reencontra o amor de Deus no amor dos irmãos. É nisso que consiste a presença histórica do amor de Deus (14). Por consequência, no sacramento, o cristão pecador reconcilia-se ao mesmo tempo com Deus e com a Igreja (15).

A dimensão social e eclesial do pecado (Ritual da Penitência, n.º 5) e a consequente reconciliação tanto com Deus como com a Igreja são elementos importantes do sacramento da reconciliação.

ALBERTO VIEIRA, MCCJ

(13) Cf. P. Gervais, obra citada, 887.

(14) Cf. J. R. Regidor, *Il Sacramento della Penitenza*, Torino, ELLE DI CI, 1974, 275.

(15) Cf. P. Jounel, *La liturgie de la réconciliation*, LMD, 117, 1974, 12.

Liturgia Bracarense na época de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

O RITO BRACARENSE

O primeiro indício de uma liturgia própria da cidade de Braga data do ano 538. Encontramo-lo numa carta do papa Vigílio ao bispo Profuturus, em resposta a uma outra que este lhe escreveu e cujo texto se perdeu.

Vinte e três anos depois, em 561, realizou-se o I Concílio Provincial de Braga e nele se impôs a observância de todas as indicações vindas de Roma, a toda a Província bracarense: baptismo por tríplice imersão e Cântico da Missa sempre fixo.

Mas a partir de 585, Braga teve de adoptar a liturgia hispânica e esquecer a sua, em razão da derrota dos suevos por Leovigildo.

Em 711, deu-se a invasão árabe da Península Ibérica. Foi a vez da liturgia hispânica passar por dificuldades que se foram acentuando progressivamente, primeiro pelo facto da própria invasão, e mais tarde, em 1080, pela substituição dessa liturgia pela liturgia romana.

Nesta nova fase litúrgica da Península, aparecem referências, a partir do século XIII, a um «rito bracarense». Terá ele algo a ver com a antiga liturgia de Braga, do século VI? Nada se sabe, por falta total de documentos dessa primeira liturgia bracarense, mas os autores mais exigentes recusam qualquer afinidade.

O rito bracarense do século XIII, que é romano na sua estrutura geral, diverge deste em elementos secundários e na adopção

de algumas leituras bíblicas. São essas diferenças que fazem dele o «rito bracarense».

Foi nesse rito que Frei Bartolomeu dos Mártires passou a celebrar a liturgia ao ser feito Arcebispo de Braga.

ORDENAÇÃO EPISCOPAL E PRIMEIRA ACTIVIDADE LITÚRGICA DO ARCEBISPO

A ordenação episcopal de Frei Bartolomeu dos Mártires aconteceu a 3 de Setembro de 1559, memória litúrgica do papa S. Gregório Magno, e no «dia de São Francisco, quatro de Outubro», chegou a Braga, começando logo a frequentar o púlpito «com tanto fervor como se para este ofício viera a Braga», pregando todo «aquele Advento e depois toda a Quaresma seguinte» e fazendo o mesmo «todas as festas principais de Cristo e de Nossa Senhora, que se achava na cidade, e quase todos os domingos» (**Frei Luís de Sousa, Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Livro I, cap. 14**).

Os textos dos diversos tempos do ano litúrgico forneciam-lhe o conteúdo da pregação, feita com simplicidade, deixadas de lado «explicações agudas e conceitos levantados» (**Ibidem**).

A pregação do Arcebispo tinha lugar sempre que era oportuno, mas nunca faltava nos domingos e festas principais, e para ela se preparava pela leitura da Sagrada Escritura e dos «livros dos santos Doutores e Padres antigos» (**Ibidem**).

VISITA PASTORAL A TODA A ARQUIDIOCESE

Terminadas as celebrações do Advento e Natal de 1559, decidiu começar a primeira visita pastoral à Arquidiocese, «contra opinião de todos», em especial dos «cónegos e desembargadores» que diziam ser «o tempo de inverno mui áspero naquelas partes, de muitas neves e frios intoleráveis» (**Ibidem**).

Nada demoveu D. Frei Bartolomeu de seus intentos. Ir pessoalmente a cada paróquia pareceu-lhe ser o meio mais adequado para conhecer a realidade social, religiosa e litúrgica do povo que lhe fora confiado.

Em cada lugar que visitava «dizia missa, e logo se assentava a crismar, e depois pregava doutrina acomodada à necessidade e capacidade dos ouvintes que achava» (**Ibidem**).

Acabada a pregação, mandava pôr três mesas dentro da igreja,

em lugares diferentes, e ele numa e dois visitantes cada um em sua, visitavam ao mesmo tempo, isto é, registavam o nome de cada pessoa, ouviam suas queixas e interrogavam-na sobre a vida de fé e de honestidade pública.

DECADÊNCIA LITÚRGICA E FRAGILIDADE NA FÉ

Foi este acto da visita que lhe permitiu descobrir as sombras que desfiguravam a vida litúrgica de cada paróquia e da diocese no seu conjunto.

Faltavam ministros preparados para assegurar a qualidade das celebrações. Muitos párocos sabiam pouco e outros nada sabiam de latim; alguns eram frios e negligentes na oração e descuidados em pregar ou faziam-no com tais palavras que «nem pegam, nem fazem fruto» (*Catecismo, Proêmio*). Muitos cantavam mal a Missa e o Ofício, e um certo número nem sequer era capaz de resolver, no sacramento da Confissão, um caso de consciência mais complicado.

Alguns edifícios e objectos de culto não andavam mais bem tratados do que os pastores: «O desamparo e pobreza que achou nas igrejas dizia bem o que havia nas almas e doutrina. O menos era estarem mal fechadas de portas e frestas, e mal reparadas de dentro e de fora... quase todas tão desbaratadas de ornamentos que se não podia celebrar nelas sem notável irreverência... Os cálices quase todos eram de chumbo e, quando viu tantos, começou por aqui a recolhê-los até que livrou o arcebispado desta indecência. Os mais fundiu por suas mãos e deu traça para serem todos de prata» (*Vida, Livro III, cap. 6*).

Mas o abandono maior era o da própria vida litúrgica dos fiéis. Algumas igrejas havia «que em três meses não tinham missa» (*Ibidem*). Noutras cantavam-se, durante a celebração da Missa, cantilenas como «papagaio verde cem dobras dão por ele», tocavam-se em diversos instrumentos músicas lascivas e os clérigos não hesitavam em introduzir no Ofício da noite de Natal cantigas profanas.

Por toda a parte subsistiam tradições de religiosidade popular de inspiração pagã. Assim, no alto dos montes faziam-se «clamores» à maneira de súplicas e depois ia-se em procissão de umas igrejas às outras (*IV Concílio de Braga, Actio V, Pars II, cap. 11*), levavam-se às sepulturas dos defuntos os manjares de que eles tinham gostado durante a vida (*Ibidem, Pars I, cap. 34*), havia quem

fizesse promessas a Deus e aos santos de organizar touradas em sua honra (*Ibidem*, **Pars II, cap. 8**), a noite de Natal era festejada com grandes excessos de comida e bebida, e com danças e brincadeiras jocosas (*Ibidem*, **Pars II, cap. 24**) e a festa do Corpo de Deus celebrava-se com mascaradas e danças carnavalescas (*Ibidem*, **Pars II, cap. 7**).

A fragilidade da fé acompanhava a da vida litúrgica. Do estado anémico de ambas é símbolo expressivo a descrição feita por Frei Luís de Sousa da jornada do Arcebispo às terras de Barroso: «Correu a voz pela serra da vinda do Arcebispo. Abalou-se toda, foi o alvoroço e alegria sem medida. Juntavam-se a recebê-lo polos caminhos com suas danças e folias rudes, que era o estremo de festa que podiam fazer. E, porque não fossem julgados por menos agrestes que os seus matos, nas cantigas que entoavam entre as voltas e saltos dos bailes, publicavam logo a quanto chegava o que sabiam do Céu e da Fé. Uma dizia assi: Benta seja a Santa Trindade, irmã de Nossa Senhora! Este mote, com grosas igualmente desparatadas, repetiam muitas vezes, havendo que grangeavam com música santa um prelado que trazia fama de santo, e mostravam fineza de cristandade. Que faria um prelado pio e zeloso neste passo? Finavam-se de riso todos os seus. Ele... fingia sembrante alegre, porque convinha pera contestar e assi ganhar e remediar aquela rudeza, mas em seu coração chorava lágrimas de sangue, vendo tanto desamparo no geral, que não era menos nos particulares, como logo foi descobrindo» (*Vida*, **Livro III, cap. 5**).

PALAVRA DE DEUS, EDUCAÇÃO DA FÉ E LITURGIA

Entretanto, o Arcebispo teve de interromper a visita pastoral para tomar parte no Concílio de Trento.

Ao regressar, em Fevereiro de 1564, trazia em mente um projecto. Não podia fundar Seminários imediatamente, como fora pedido pelo Concílio. Mas podia levar a instrução aos padres através do livro.

Lança mãos à obra. Ele sabe que a Palavra de Deus é alimento indispensável da vida de fé. É preciso explicá-la com simplicidade ao povo. Nasce assim o **Catecismo**, escrito por ele, e que ficou pronto em Novembro desse ano de 1564. Essa obra é simultaneamente a sua resposta às decisões do Concílio de Trento relativamente à homilia, e às necessidades pastorais dos seus padres.

Cada pároco ou capelão era obrigado a ler ao povo, sob pena de multa, o sermão escrito pelo Arcebispo para cada festa ou domingo (**Catecismo, II Parte**), e quando não houvesse sermão próprio, era igualmente obrigado a ler um capítulo da Doutrina cristã (**Catecismo, I Parte**).

Ao liturgista interessa de modo particular a II Parte do Catecismo, onde se encontram as homilias, aí chamadas «práticas», feitas expressamente a partir do texto litúrgico de cada Missa do rito bracarense.

Começam todas por uma introdução, na qual se declara o mistério do dia; a seguir vem o desenvolvimento ou corpo da homilia, onde sempre se explicam as leituras e por vezes também o Introito e a Colecta da Missa, em linguagem simples, cheia de exemplos, voltada de modo particular para a mudança de vida.

Do seu estudo ressalta que D. Frei Bartolomeu dos Mártires entendia que o texto litúrgico da oração era o ponto de partida mais sólido para a educação da fé e a morigeração dos costumes cristãos.

CONCÍLIO PROVINCIAL E REFORMA LITÚRGICA

A publicação do **Catecismo** foi a primeira resposta do Arcebispo ao estado lastimoso a que chegara a Palavra em muitas paróquias.

Mas os males eram muitos mais. O Concílio de Trento fizera o elenco deles em toda a cristandade e pedira aos metropolitas que, ao chegarem às suas terras, realizassem concílios provinciais para descobrirem o que em cada diocese precisava de ser reformado.

Assim fez D. Frei Bartolomeu dos Mártires em meio de grandes dificuldades. Convocou os bispos da metrópole bracarense e a 8 de Setembro de 1566 teve início o IV Concílio Provincial de Braga.

A liturgia teve aí lugar de grande relevo e os ministros foram os primeiros visados. Doravante ninguém deveria ser admitido às ordens sagradas se não soubesse bem o canto da Igreja, mesmo que possuísse as outras qualidades requeridas (**Actio II, cap. 9**).

A vida litúrgica das catedrais e das colegiadas tinha de ser exemplar. Por isso os cônegos que nelas serviam deviam fazê-lo com piedade maior do que os outros ministros das igrejas (**Actio III,**

cap. 1). Para o futuro nenhum cônego poderia fazer-se substituir no seu ministério no coro ou no altar (**Actio III, cap. 3 e 13**). Deviam assistir ao coro eles e todos os clérigos dos cabidos, principalmente nos domingos e festas (**Actio III, cap. 7**), aqueles que não soubessem latim e cantochão deviam estudá-los (**Actio III, cap. 6**), na primeira sexta-feira de cada mês os cabidos deviam reunir para tratar exclusivamente de problemas do culto divino e da pastoral (**Actio III, cap. 9**) e em todas as catequeses e colegiadas deveria haver, dentro de seis meses, um mestre de cerimónias que velasse pela ordem e harmonia dos ofícios e pela devoção e atenção dos que neles participavam (**Actio III, cap. 11**).

Para uniformizar o canto e o ritmo da salmodia dos ofícios, propôs-se a revisão dos livros corais quanto à música e anotações (**Actio III, cap. 12**). Além disso, cada bispo deveria nomear uma comissão que estudasse os problemas do canto litúrgico diocesano, para se tentar depois, em conjunto, obter um texto único a observar em toda a Província (**Actio III, cap. 36**).

Aprova-se a polifonia sacra para os textos do Ofício Divino e da Missa, desde que os mesmos textos sejam respeitados na sua integridade e que os instrumentos não abafem as vozes humanas (**Actio V, Pars II, cap. 22**). Para acompanhar o canto litúrgico pode usar-se o órgão e outros instrumentos musicais (**Actio V, Pars II, cap. 23**), mas nas igrejas deviam deixar de se cantar coisas profanas e para o futuro, mesmo as composições de índole religiosa, deviam ser aprovadas pelo Ordinário (**Actio V, Pars I, cap. 38**).

Atenção particular dedicou ainda o Concílio à construção e arranjo interior das igrejas e outros lugares de culto, que em tudo deviam ser dignos dos mistérios cristãos que neles se celebravam, nomeadamente pela qualidade, expressão religiosa e conservação dos quadros pintados e das imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos (**Actio V, Pars II, cap. 1-5**).

LIVROS LITÚRGICOS DO RITO BRACARENSE

O rito bracarense tinha os seus livros litúrgicos. Os mais importantes eram o Missal, o Ritual e o Breviário.

As atitudes de D. Frei Bartolomeu dos Mártires foram diversas relativamente a cada um deles. Quanto ao **Ritual**, então chamado **Manuale**, fez publicar uma nova edição, melhorada em relação a edições anteriores. Segundo as palavras da provisão inse-

rida no volume, e que deixou escritas antes de partir para o Concílio de Trento, do livro velho fez um livro novo. Aconteceu isto em 1562. Num exemplar do **Missal** escreveu a seguinte nota: «Eu, Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo Primaz, mandei guardar no Cartório público do Paço Arquiepiscopal este Missal em pergaminho, com intenção de conservar sempre um exemplar deste livro tão correcto e elegante para se editarem por ele, de futuro, os missais bracarense. 3 de Abril de 1571».

Mais complexa foi a sua atitude em relação ao **Breviário**, primeiro porque a última edição estava esgotadíssima e não havia exemplares para os novos padres, e segundo porque o Breviário Bracarense se tinha tornado tão complicado nas rubricas que, ao juntarem-se dois padres para rezar em conjunto, não acertavam em pôr-se de acordo quanto ao ofício. Estes e outros factos fizeram com que, ao ser publicado em 1568 o novo Breviário Romano de Pio V, o Arcebispo optasse pela solução que lhe pareceu mais eficaz, de generalizar o uso do Breviário Romano entre o clero bracarense. Reagiu a isso o Cabido, pelo que o Arcebispo não hesitou em pedir ao Papa licença para reformar o Breviário Bracarense e em declarar que a ninguém era lícito abandonar o rito e os livros litúrgicos próprios.

COMO CELEBRAVA D. FREI BARTOLOMEU A LITURGIA

Arcebispo de uma Igreja com rito próprio, D. Frei Bartolomeu celebrava nele toda a liturgia. Como o fazia?

A primeira oração litúrgica, todas as manhãs, era o Ofício Divino: «Rezava suas horas pela manhã cedo e sempre só, senão era quando, nesse dia, havia de pregar, porque então se ajudava de um capelão» (**Vida, Livro I, cap. 11**). Em tempo de visita pastoral «saía pela manhã da pousada, chamava um capelão com quem ia rezando as Horas menores e acabadas, despedia-o, dizendo: Agora recolhamo-nos com Deus» (**Vida, Livro III, cap. 6**).

Só por motivos imprevistos e impossibilidade total deixava de celebrar Missa todos os dias, cerca das oito horas. É ele mesmo que escreve: «Que coisa mais insensata dizer que não é possível celebrar diariamente, por ser grande a multiplicidade de negócios que implica o múnus pastoral! Pelo contrário, porque assim é, torna-se necessário subtrair para Deus o tempo da celebração, para se proteger contra as tentações, para obter luz nos negócios

e consolação entre tantas aflições, e, até, para poder respirar» (**Estímulo de Pastores, Parte II, cap. 4**).

Enquanto bispo, pertencia-lhe particularmente celebrar de pontifical os sagrados mistérios, confirmar os baptizados e ordenar os ministros da liturgia, o que fazia sempre com dignidade, «tal se mostrava no aspecto e no meneio e na eficácia das palavras» (**Vida, Livro I, cap. 17**).

Tinha em tal estima o sacramento da Confirmação, que resolveu «crismar os mínimos, inda que fossem de peito, porque não sucedesse falecer nenhum sem Crisma (**Vida, Livro III, cap. 4**). E um dia, «estando já a cavalo e o fato de toda a companhia entrouxado e carregado, chegou a ele um pobre homem com um minino pola mão e, dizendo que o trazia a crismar, no mesm instante se apeou e mandou que descarregassem e aparelhassem pera administrar o sacramento... Apearam-se todos, descarregaram, fizeram prestes, crismou o menino, dizendo que aquela ovelhinha requeria seu direito e ele era seu devedor» (**Ibidem, Livro I, cap. 16**).

Seu encanto grande era a oração comunitária do Ofício, sempre que podia: «Não faltava a Vésperas e Matinas nenhuma festa de Cristo e de Nossa Senhora que se realizassem na Sé. Igualmente assistia a estas Horas nos dias dos Apóstolos e dos Santos que foram arcebispos de Braga, e dos mais dos Santos de guarda; e muitas vezes lhe acontecia estar a elas em pé, no meio do coro, ajudando a cantar o cabido, e fazendo que não faltasse nada pera perfeita solenidade» (**Ibidem, Livro I, cap. 28**).

A maneira como orava é das descrições mais saborosas de Frei Luís de Sousa: «Afirmam todos os que o conheceram e trataram que tudo o que rezava, ou entoava no coro ou fora dele era com certa eficácia, e devação tanto do íntimo da alma que notoriamente se via que saía dela o que pronunciava a boca. Na expressiva das palavras era grandemente apontado, procurando que fosse muito clara e distinta. E, se no coro via negligência nela, desconsolava-se muito. Mas quando rezava em particular, em se descuidando quem o ajudava, logo lhe fazia repetir o verso ou palavra, tantas quantas vezes mal se declarava. Quando chegava a dizer o verso *Gloria Patri et Filio et Spiritui Sancto*, etc., acendia-se tanto no espirito que levantava a voz desentoadamente. E se lhe diziam que não parecia bem rezar assi em comunidade, respondia que com fervor e alvoroço se havia de invocar o Espírito Santo. Isto

era falar a boca do que transbordava no coração» (Ibidem, Livro V, cap. 31).

CONCLUSÃO

Celebrar a liturgia é entrar cada vez mais no seu Mistério, é fazer de cada rito um gesto de Deus e de cada palavra uma Boa Nova.

Parece ter sido assim que D. Frei Bartolomeu dos Mártires a entendeu e a praticou.

Nesse sentido ele é um homem do nosso tempo.

LEÃO CORDEIRO

Ministérios dos Leigos na Liturgia

em alguns países europeus

Na preparação do Encontro Europeu dos Secretários Nacionais de Liturgia realizado em Lisboa no ano de 1986 fez-se um inquérito sobre o papel dos leigos nas celebrações litúrgicas.

Uma das perguntas tratava das diversas funções dos leigos, entre as quais se concretizava: o canto e a música, o leitor, a oração universal, o ministro da comunhão, os meninos de coro e o sacristão.

Para não tornar o artigo demasiadamente longo e fastidioso, seleccionamos as respostas dos países europeus com os quais temos mais afinidade cultural ou maior relacionamento devido à emigração.

ALEMANHA FEDERAL (RFA)

Canto — Não existe a função de cantor solista nem, muito menos, a de animador de canto na assembleia. Havia uma grande tradição no que se refere aos hinos. O canto alternado dos salmos ou dos outros cânticos vai-se espalhando com dificuldade. As Missas cantadas são muito frequentes.

É normal que o organista se encarregue da preparação musical da Missa. Ocasionalmente, convidam-se instrumentistas, que tocam sobretudo no ofertório e na comunhão. A orquestra acompanha o canto solene duma grande composição musical a cargo do coro.

Quase todas as paróquias têm um coro. Trata-se, em geral, de coros mistos cujo papel consiste na preparação das Missas

mais solenes (Natal, Páscoa, Pentecostes). Durante a celebração, estes coros cantam motetes a várias vozes das Missas em latim. Favorece-se o canto gregoriano próprio da Missa.

Há também coros infantis, tanto coros mistos como coros de rapazes. São convidados principalmente para as celebrações com crianças.

Outras funções — Na Alemanha, são assumidos pelos leigos as funções de leitor, de pessoa para a oração de intercessão, ministro da comunhão, crianças, rapazes e raparigas de coro e sacristão.

Estas funções estabilizaram, sem aumento nem regressão.

BÉLGICA (DE LÍNGUA FRANCESA)

O canto e a música são por certo um lugar privilegiado para a participação dos leigos, com o título de organistas, cantores, animadores da assembleia, membros do coro. Os coros são quase sempre mistos e colocam-se mais frequentemente no mesmo nível da assembleia.

Será necessário dizer que nem sempre os coros conseguem a «participação activa» de toda a assembleia ou celebração comum? Muitos, mesmo de estilo jovem ou «moderno», depressa assumem um certo monopólio de celebração. Continua urgente e difícil a formação litúrgica dos músicos (profissionais ou amadores).

Outras funções litúrgicas são exercidas, a maior parte das vezes, de modo regular: leitores, ministros da comunhão, acólitos. Salvo em casos quase folclóricos, nenhuma distinção é feita, a este propósito, entre homens e mulheres, jovens e adultos.

Através das iniciativas de formação e, mais simplesmente, por acção das comunidades locais, parece que vai progredindo a formação destes ministros.

ESPANHA

Canto e música — Há animadores para o canto, poucos organistas e, ainda menos, solistas. Vão-se formando pouco a pouco os coros, sobretudo coros mistos, mas é insuficiente a sua formação litúrgica. Os grandes coros tomam lugar no coro alto, os pequenos coros agrupam-se perto do altar. Há certos coros mais aperfeiçoados que fazem do canto uma exibição teatral, ignorando

o verdadeiro sentido e o verdadeiro objectivo da sua função nas celebrações litúrgicas.

As diversas funções assumidas pelos leigos são:

- **Regularmente** (todos os dias): serviço do leitor (começa a estabilizar-se); serviço dos acólitos / meninos de coro (correspondendo à tradição mas variando de paróquia para paróquia); serviço do sacristão (a desaparecer cada vez mais).
- **Ocasionalmente** (domingo, Semana Santa): leitor, comentador, oração universal (um ou mais leigos), meninos de coro, cantores, o que leva as ofertas ao altar, o ministro da comunhão (em algumas paróquias).
- **Raramente**: salmista, director do coro, porteiro.

FRANÇA

Canto e música — Um pouco por toda a parte, são os leigos que dirigem o canto da assembleia. Embora de modo insuficiente, fazem-se esforços para a sua formação.

Além dos organistas, são raros os leigos que intervêm com outros instrumentos. Verifica-se assim que a liturgia não beneficiou suficientemente do progresso do ensino e prática musicais alcançado em grande escala no conjunto do país.

A Associação Nacional dos Cores Litúrgicos pôde verificar, através duma sondagem feita recentemente, a renovação dos coros e distinguiu quatro categorias:

- Os pequenos grupos de cantores, que asseguram regularmente o serviço dominical e cantam sobretudo em uníssono.
- Os coros paroquiais: têm um animador qualificado; os seus efectivos vão de 15 a 40 pessoas; garantem o serviço dominical e outras celebrações; cantam polifonia, sobretudo por ocasião das festas.
- Há alguns grandes coros de igreja que se distinguem dos outros pela abundância de recursos ao seu dispor.

- Por fim, os coros profanos que intervêm na liturgia de modo ocasional.

Funções diversas — Importa acrescentar os ministros da Comunhão àqueles que já foram enumerados anteriormente a propósito da preparação. A sua função parece ser agora aceite pelos fiéis e, para alguns deles, prolonga-se juntos dos doentes.

No que se refere aos meninos de coro (**ministrantes**), cuja função conhece uma renovação, é preciso mencionar o problema da participação das meninas e das crianças de sexo feminino. Em certa diocese, segundo um inquérito recente, 30% dos grupos são mistos, e nestes a participação feminina varia entre os 7% e os 57%.

ITÁLIA

Música — No que respeita à música nas igrejas italianas, os organistas, os coros (mistos na maior parte) e os directores dos coros fazem parte da tradição. Juntaram-se a estes, no fim dos anos 60, os instrumentos mais modernos e os cânticos de feição juvenil, bem como os grupos de canto.

A Associação Italiana de Santa Cecília, movimentos e revistas, a nível nacional, oferecem sugestões e instrumentos de trabalho para estas actividades.

Onde é mais viva a consciência litúrgica, o coro põe-se ao serviço da assembleia, reservando para si alguns cânticos específicos. Mas há também coros que reivindicam para si todos os cânticos, especialmente nas ocasiões mais solenes. Quando se explicam aos leigos as funções e as normas que dizem respeito ao coro, em geral não há dificuldade em fazê-las respeitar. Nisto, de resto, muito depende dos padres.

Outras funções — Todas as funções laicais são exercidas pelos leigos. Em certos locais, mais ou menos ocasionalmente, sem preparação regular.

Para os ministros da comunhão há directrizes diocesanas que estabelecem as condições e exigem uma preparação específica.

Muitas dioceses organizam cursos para os leitores.

PORTUGAL

Canto — Os cantores têm geralmente o seu lugar na assembleia, mas há ainda coros que ficam separados da assembleia.

O papel principal e mais generalizado dos leigos nas celebrações litúrgicas é a animação do canto.

O órgão, sobretudo o órgão electrónico, existe na maior parte das igrejas e capelas.

Há coros em quase todas as paróquias e em muitas capelas. O seu lugar não é o mesmo em toda a parte: na assembleia, talvez a maior parte; fora da assembleia, alguns. O seu papel será, como regra, sustentar a assembleia e alternar com ela, mas também há os que substituem totalmente a assembleia, sobretudo nas festas.

Otras funções — Os leigos assumem todas as outras funções mas não em todas as assembleias: leitores, ministros da comunhão, encarregados do acolhimento ou do ofertório, acólitos. Estes últimos diminuíram muito e, por vezes, só os sacristãos o exercem. Algumas assembleias têm jovens ou meninos do coro a exercerem o serviço de acólito.

O número de ministros da comunhão aumenta cada vez mais, tendo já ultrapassado os dez mil, a nível nacional. A sua preparação varia de diocese para diocese. A quase totalidade destes ministros é formada por leigos, mas há também religiosas.

Pela Congregação do Culto Divino

Na última reunião dos Consultores desta Congregação foram apresentados e debatidos vários assuntos de interesse para a pastoral litúrgica e, por isso, aqui lhe fazemos uma referência sucinta.

1. ORAÇÃO EUCARÍSTICA: LEGISLAÇÃO, PRÁTICA, PERSPECTIVAS

Os Consultores estudaram a oportunidade com que a Congregação, no que respeita à Oração Eucarística, seguia a linha traçada pela carta circular «Eucharistiae participationem», de 27 de Abril de 1973.

Foi dedicada particular atenção à expressão «peculiaribus in adiunctis» da mesma carta circular.

2. SEMANA SANTA: LEGISLAÇÃO E PRÁTICA

Nestes últimos anos surgiram várias dificuldades e abusos no que se refere à celebração da Semana Santa, sobretudo no que respeita à Vigília Pascal (horário da celebração, repetição do rito, etc.).

Tratando-se da mais importante celebração de todo o ano litúrgico, os Consultores acharam oportuna uma intervenção da Congregação para apelar ao espírito e à observação das normas vigentes.

3. DOMINGOS E FESTAS

Um outro sector que apresenta certas dificuldades é o da celebração ao domingo de várias festas e de jornadas temáticas.

Estas têm-se multiplicado nos últimos anos ofuscando o princípio do domingo como festa primordial, à qual não se deve antepor nenhuma outra solenidade, a menos que seja da maior importância (cf. «Sacrosanctum Concilium», n.º 106).

A publicação do novo Código, que estendeu o cumprimento do preceito à véspera do dia anterior e aumentou o número de solenidades que podem ser transferidas por cada Conferência Episcopal «semel pro semper» para o domingo, exige uma adaptação da actual legislação litúrgica e algumas orientações de ordem pastoral (cf. C. I. C., cân. 1248, 1; 1242, 2).

Os Consultores puseram em relevo a oportunidade de tal procedimento, mas não foi possível traduzir a proposta num texto concreto.

4. CONCERTOS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NAS IGREJAS

Nestes últimos anos aumentou o número dos concertos e outras manifestações artísticas nas igrejas, frequentemente com prejuízo do carácter sagrado do lugar.

Os Consultores julgaram oportuno que fossem dadas algumas normas a tal respeito, já contidas na Instrução «De Musicae sacrae disciplina» de 1958 mas não retomadas pela reforma litúrgica do Concílio Vaticano II.

5. JOVENS E LITURGIA

Os Consultores analisaram uma exposição sobre a participação dos jovens na Liturgia e consideram de interesse um aprofundamento deste problema por parte da Congregação.

Durante o mês de Outubro a Congregação enviou um questionário a todas as comissões nacionais de Liturgia, pedindo informações sobre a situação actual e sugestões a propor.

6. LITURGIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O estudo deste problema, iniciado há alguns anos e depois interrompido, foi retomado recentemente.

Os Consultores estudaram um primeiro esquema de documento no qual só dão orientações sobre os objectivos das emissões rádio-televisivas e sobre os responsáveis das mesmas partes das celebrações.

Cerimonial dos Bispos

HISTÓRIA DO CERIMONIAL DOS BISPOS

O Cerimonial dos Bispos, que estava em uso até ao tempo actual, foi promulgado pelo Sumo Pontífice Clemente VIII, no ano de 1600. Mas essa edição era mais do que uma recensão a uma forma corrigida, de acordo com o espírito da restauração tridentina, de uma obra comprovada havia longo tempo.

E, na verdade, o Cerimonial dos Bispos sucedeu aos «Ordines Romani», que, desde o declinar do século sétimo, transmitiram as normas das acções litúrgicas dos Romanos Pontífices. Entre estas «Ordens», distingue-se a que tem o número treze na obra «Museum Italicum», de Jean Mabillon, editado por ordem do Beato Gregório X (1271-1276), cerca de ano de 1273, no Segundo Concílio de Leão, intitulado «Caeremoniale Episcoporum» e escassamente ornado: mas descreviam-se nele as cerimónias da eleição e da ordenação do Papa, bem como as indicações para a Missa papal e as celebrações para o círculo do ano.

Cerca de quarenta anos depois, o «Ordo Romanus» que tem a indicação de XIV, apresentado pelos anos de 1314 e 1320 sob o nome do Cardeal Giacomo Caetano Stefaneschi e a seguir divulgado por volta do ano de 1341, descrevia as cerimónias sagradas da eleição e coroação do Sumo Pontífice, bem como as que se realizavam mormente por ocasião de um Concílio Geral de uma Canonização, e da coroação de Imperadores e de Reis.

Demais, o mesmo livro, nos pontificados de Bento II (1334-1342) e de Clemente VI (1342-1352), editou-se muito ampliado, e ainda acrescentado no outro suplemento, no pontificado do Bento Urbano V (1362-1370), sobre a morte do Sumo Pontífice e o estatuto dos Cardeais.

O «Ordo», que segundo a numeração de Jean Mabillon é indicado como XV ou seja «Liber de Caeremoniis Ecclesiae Romanae», elaborado pelo Patriarca Pierre Ameil, no declinar do século XIV no pontificado de Urbano VI (1378-1389), foi depois acrescentado de algum aditamento por Pierre Assalbit, Bispo de Ibero (Oloron), no pontificado de Martinho V (1417-1431). Igualmente acrescentado com livros manuscritos de Avignon e com o título de «Liber Cerimoniarum Sacrae Ecclesiae Romanae», servia na Corte papal, até que, por ordem de Inocêncio VIII (1484-1492) Agostino Patrizi, bispo de Pienza e de Montaleino, viria a terminar um novo Cerimonial, no ano de 1488. Este livro, com um estilo modificado, foi editado em Veneza por Cristóvão Marcelo, arcebispo eleito de Corcira, no ano de 1516: «Rituum ecclesiasticarum sive sacrarum Caerimoniarum sanctae Romanae Ecclesiae libri três non ante impressi», manteve-se também em uso nas cerimônias do Romano Pontífice, até aos nossos dias.

Do Cerimonial do período anterior, Páride Grassi, cerimonário-mor do Papa Júlio II (1503-1513), não só extraiu a Ordem Romana para a liturgia papal, mas também compôs uma obra a que depois do ano de 1564, foi dado o nome de «De Caeremoniis Cardinalium et Episcoporum in eorum dioecesibus libri duo», com o qual adoptou à liturgia papal uma parte da liturgia episcopal e até da de Bona.

No dia 15 do mês de Dezembro do ano de 1582, Gregório XIII (1572-1585) instituiu uma comissão, que precedendo a Congregação para os sagrados Ritos e Cerimônias, e com o Cardeal Gabriele Paleotti como presidente, corrigisse o atrás referido «Liber Caeremoniarum pro Cardinalibus et Episcopis». São Carlos Borromeo, nesse tempo residente em Roma, havia sugerido esta remodelação a Gregório XIII e encorajou-a. Quando aquele faleceu no ano de 1584, os trabalhos da referida comissão cessaram.

Sisto V (1585-1590) não só instituiu a Congregação para os sagrados Ritos e Cerimônias, no dia 22 de Janeiro de 1588, com o fim de corrigir os livros litúrgicos, mas já no dia 19 de Março de 1586 mandara lhe trouxessem muitos códices da Biblioteca Vaticana, para ele próprio elaborar uma nova observância dos ritos sagrados. Mas ignora-se o que daqui resultou.

Por fim, no dia 14 de Julho de 1600, Clemente VIII (1592-1605), ao editar o Cerimonial dos Bispos, levou a bom termo o trabalho

da restauração deste livro, utilizando, não tanto os escritos de Agostinho e de Páride, como, segundo parece, vários outros hoje desconhecidos. Trabalhavam, nesse tempo, na Sagrada Congregação dos Ritos, os Cardeais Cesare Baronio, São Roberto Belarmino e Silvio Antoniano, homens ilustres pela santidade e pela ciência. Fala-se, pois, na Bula introdutória, nunca do novo livro, mas sempre da correcção do Cerimonial dos Bispos, livro de todos conhecido.

Mas, já no dia 31 de Julho de 1650, Inocêncio X (1644-1655) mandou publicar oficialmente nova edição revista e corrigida, a qual, passado quase um século, Bento XIII (1724-1730), devido ao seu interesse pelos ritos sagrados, de novo fez divulgar no dia 7 de Março de 1727, depois de corrigidos alguns pontos obscuros e ambíguos, ou incompatíveis entre si. Por fim, passados quinze anos, no dia 25 de Março de 1742, Bento XIV (1740-1758), antigo Oficial da Sagrada Congregação dos Ritos, fez nova edição do Cerimonial, acrescentando um livro III acerca dos pontos que interessavam ao Estatuto Eclesiástico Romano, tecendo igualmente louvores ao método da escola litúrgica que então estava em vigor no Colégio Gregoriano de Roma, da Companhia de Jesus.

Recentemente, Leão XIII (1878-1903), no ano de 1886, mandou publicar nova edição típica do Cerimonial dos Bispos, conservando integralmente o livro III, embora já não tivesse qualquer importância, dada a supressão do Estatuto Eclesiástico, isto é, reduzido à Cidade do Vaticano.

Por fim, o Concílio Ecuménico Vaticano II mandou restaurar todos os ritos e livros sagrados, e assim também se tornou necessário refazer integralmente e editar em novos moldes o Cerimonial dos Bispos.

VALOR DO CERIMONIAL DOS BISPOS

Os Sumos Pontífices que promulgaram edições do Cerimonial dos Bispos declararam que este livro deveria ser perpetuamente conservado por todos, mas não quiseram abolir ou revogar as antigas cerimónias que fossem conformes ao espírito do referido Cerimonial.

O presente livro, adaptado às normas do Concílio Vaticano II, ocupa o lugar do anterior Cerimonial, que deve considerar-se doravante inteiramente revogado. A forma como foi redigido permite conservar, onde convier, os costumes e tradições locais que

cada Igreja particular usufrui como tesouro próprio, a transmitir às futuras gerações, desde que sejam adaptados à liturgia pelo decreto do Concílio Vaticano II.

A maior parte das leis litúrgicas que o novo Cerimonial apresenta, conserva o carácter obrigatório que lhe vem dos livros litúrgicos já editados. O que, no novo Cerimonial se encontrar alterado, será cumprido na forma indicada pelo próprio Cerimonial.

As restantes normas estão exaradas neste Cerimonial, para se obter uma liturgia episcopal que seja simples e simultaneamente nobre, plena de eficácia pastoral, de modo que se possa tornar o modelo de todas as demais celebrações.

Mas,, para que esta intenção pastoral mais facilmente se alcance, este livro está redigido de modo que o Bispo e os outros ministros, especialmente os mestres de cerimónia, nele possam encontrar as indicações necessárias para que as celebrações litúrgicas, a que o Bispo preside, não sejam tidas como um mero aparato de cerimónias, mas, segundo a intenção do Concílio do Vaticano II, como a principal manifestação da Igreja particular.

LIVROS

LA MESSE — hier et aujourd'hui de Pierre Jounel

Editado por O. E. I. L., saiu a público em meados de 1986 um excelente e oportuno livro de Mons. Pierre Jounel sobre a Missa.

Os editores apresentam a obra, que está enriquecida com magnífica apresentação gráfica, nestas sugestivas palavras:

«Que é a Missa? Podemos responder, sem dúvida, com o santo Cura d'Ars que não o saberemos realmente bem senão no Céu». Mas podemos também responder com os Apóstolos, os Mártires, os Padres da Igreja e os Santos que não só viveram este Mistério da fé, mas quiseram penetrar com todas as suas forças na inteligência da sua liturgia.

Que é a Missa? Eis um livro simples para o saber (ou reaprender). O seu autor oferece uma informação clara e precisa sobre a celebração da Eucaristia tal qual no-la fez redescobrir o Vaticano II. Efectivamente, todos os capítulos deste livro são uma autêntica catequese na qual o amor do Mistério convida à sua compreensão activa e orante».

Mons. Pierre Journel, professor prestigiado do Instituto de Liturgia de Paris e consultor da Congregação do Culto Divino, explica a publicação deste apaixonante estudo pelo reconhecimento das responsabilidades dos leigos na Liturgia após o Vaticano II e pela compreensão de que a celebração da Eucaristia na Igreja, em cada domingo, está no coração da vida dos cristãos e é tanto a fonte donde promana como o vértice para o qual tende o anúncio da Boa Nova.

Para descobrir o sentido da Missa, o Autor procurou investigar como se desenvolveu a celebração da Refeição do Senhor ao longo de dois mil anos, desde a Ceia de Jesus até à nossa Missa dominical.

«Ontem, a Eucaristia de Inácio de Antioquia e de Agostinho, de Teresa d'Ávila e João Maria Vianney, um passado rico de fé e de amor. Hoje, a Missa sobre o mundo da Igreja cantando em todas as línguas as maravilhas de Deus, um presente cheio de esperança».

Doze gravuras bem escolhidas e dois índices esclarecedores enriquecem os 46 pequenos mas preciosos capítulos deste livro que bem merece ser traduzido, quanto antes, a fim de constituir um instrumento oportuníssimo para a catequese da Missa.

XIII Encontro Nacional

Conforme foi anunciado no último número do Boletim, o próximo Encontro Nacional será de 14 a 18 de Setembro e terá por temática a Religiosidade popular e a celebração da Fé.

Apesar da boa vontade manifestada pelo SNL, ainda não foi possível antecipar este ano a realização deste Encontro. É que as outras semanas já estavam inscritas no serviço de alojamento do Santuário, tornando de todo inviável o nosso projecto.

Esperamos, no entanto, que já não seja assim no próximo ano, pois tudo faremos para que o Encontro se realize na última semana de Julho.

Assim Deus nos ajude.

Encontro Diocesano do Algarve

Depois de um interregno de longos anos, o Secretariado Diocesano de Liturgia com a colaboração do Secretariado Nacional, levou a cabo nos dias 2, 3 e 4 de Janeiro de 1987 o II Encontro de Pastoral Litúrgica com a presença de 115 pessoas: sacerdotes, religiosas e leigos, empenhados na liturgia das paróquias do Algarve.

A temática foi a mesma do XII Encontro nacional: «Os Leigos na Liturgia».

As comunicações estiveram a cargo dos seguintes conferencistas: Cónego José Ferreira, de Lisboa; Padre Dr. José de Leão Condeiro, de Évora; Padre José Manuel Fernandes Águas, do Algarve; Cónego Ferreira dos Santos, do Porto; e Padre Dr. Pedro Ferreira, O. C. D..

A assembleia seguiu com muito interesse não só a apresentação dos temas mas também as intervenções nas mesas redondas.

Foram parte integrante deste encontro as celebrações, quer das principais horas do Ofício Divino, quer da Eucaristia, sobretudo no dia da solenidade da Epifania. As músicas cantadas foram da autoria dos padres David Sequeira e José Pedro Martins, tendo este a seu cargo os ensaios e a direcção musical das celebrações.

Queremos agradecer a colaboração dos padres do Secretariado Nacional de Liturgia que se deslocaram até nós.

O número de participantes e o seu entusiasmo cada vez maior para viver correctamente e em profundidade a liturgia animam este secretariado diocesano a prosseguir o trabalho começado. Assim Deus nos ajude.

PADRE JOSÉ ÁGUAS